



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
01 DE MARÇO DE 2016

N.º 06/2016

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.^a Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.^a
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.^a Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	Pág.
1 – Regulamento do Cemitério Municipal de Santa Marta de Penaguião – Alteração.....	4
2 – Regulamento do Fórum de Atividades do Município de Santa Marta de Penaguião.....	5
3 – Regulamento sobre Venda Ambulante do Município de Santa Marta de Penaguião – Alteração.....	6
4 – Regulamento sobre Licenciamento das Atividades Diversas do Município de Santa Marta de Penaguião – Alteração.....	8
5 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal	9
6 – Prestação de Serviços de Assessoria na Área da Informática na modalidade de Avença – Parecer Prévio.....	9
 Serviços de Tesouraria	
7 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 11 a 25 de fevereiro de 2016.....	12
 DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
8 – Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes.....	12
9 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Rogério Ferreira – União de Freguesias de Louredo e Fornelos.....	13
10 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Maria Teresa Couceiro Costa Sequeira e Sousa Carvalho – União de Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane.....	15



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Cultura

- 11 – Sanhoanense Sport Clube – Pedido de Apoio Financeiro..... 17

Serviço do Desporto

- 12 – Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Cumieira – Torneio da Páscoa –
Pedido de Comparticipação Financeira..... 17
- 13 – Atividade Desportiva de Natação – Protocolo com o CCD..... 18

Serviço da Ação Social

- 14 – Liga Portuguesa Contra o Cancro – Realização de Evento Solidário..... 18



**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Regulamento do Cemitério Municipal de Santa
Marta de Penaguião – Alteração**

----- 1 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que: -----

----- Por virtude das alterações ao Decreto-Lei 411/98, de 30 de Dezembro, e recentemente, as novas alterações consignadas pelo Decreto-Lei nº 109/2010, de 14 de outubro, relativamente ao direito mortuário; -----

----- Atento ao novo quadro legal, o Município de Santa Marta de Penaguião ficará dotado de um instrumento legal que lhe permite com atualidade regulamentar as matérias pertinentes ao direito mortuário, uma vez que o regulamento vigente se considera manifestamente obsoleto; -----

----- Por deliberação da Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 5 de fevereiro de 2016, foi desencadeado no Município o procedimento de elaboração do Regulamento do Cemitério Municipal, atribuindo aos interessados um prazo de 10 dias úteis para se constituírem como tal e apresentarem o que tivessem por conveniente; -----

----- Concluído que está esse prazo, e não se tendo verificado a apresentação de quaisquer propostas ou sugestões, verifica-se não haver lugar à audiência de interessados, conforme o que dispõe o nº 1 do artigo 100.º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro; -----

----- Neste sentido, submete-se à consideração de Vª Exª. a proposta de projeto do referido Regulamento que, caso mereça concordância, se sugere que o mesmo seja apreciado em reunião de Câmara Municipal, no sentido de deliberar aprovar: -----

- a) A proposta do Regulamento do Cemitério Municipal, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- b) Submeter aquela proposta, caso seja aprovada, à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----



- c) Que, em caso de aprovação pelo Órgão Executivo e Deliberativo, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital, a afixar no Edifício dos Paços do Município, nos lugares públicos, no sítio da *internet* do Município e mediante publicação no Diário da República.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, a proposta do Regulamento do Cemitério Municipal, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e submeter à apreciação da Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do mesmo Anexo. -----

Regulamento do Fórum de Atividades do Município de Santa Marta de Penaguião

----- 2 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que: -----

----- Por virtude das alterações perpetradas quanto ao espaço do antigo Mercado Municipal, e consequente edificação do Fórum de Atividades do Município de Santa Marta de Penaguião, que foi inaugurado no dia 10 de dezembro de 2011, a Câmara Municipal encontra-se, neste momento, desprovida de um Regulamento que fixe as normas de funcionamento, gestão e administração deste espaço; -----

----- Por deliberação da Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 5 de fevereiro de 2016, foi desencadeado no Município o procedimento de elaboração do Regulamento do Fórum de Atividades, atribuindo aos interessados um prazo de 10 dias úteis para se constituírem como tal e apresentarem o que tivessem por conveniente; -----

----- Concluído que está esse prazo, e não se tendo verificado a apresentação de quaisquer propostas ou sugestões, verifica-se não haver lugar à audiência de interessados, conforme o que dispõe o n.º 1 do artigo 100.º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro. -----



----- Neste sentido, submete-se à consideração de Vª Exª. a proposta de projeto do referido Regulamento que, caso mereça concordância, se sugere que o mesmo seja apreciado em reunião de Câmara Municipal, no sentido de deliberar aprovar: -----

- a) A proposta do Regulamento do Fórum de Atividades, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- b) Submeter aquela proposta, caso seja aprovada, à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----
- c) Que, em caso de aprovação pelo Órgão Executivo e Deliberativo, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital, a afixar no Edifício dos Paços do Município, nos lugares públicos, no sítio da *internet* do Município e mediante publicação no Diário da República.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta do Regulamento do Fórum de Atividades, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e submeter à apreciação da Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do mesmo Anexo.** -----

Regulamento sobre Venda Ambulante do Município de Santa Marta de Penaguião – Alteração

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que: -----

----- O regime da venda ambulante encontra-se atualmente previsto no Regulamento Municipal afeto à atividade especialmente considerada, publicado no Diário da República n.º 116, de 19 de Junho de 2014, com as alterações introduzidas pela entrada em vigor da Lei n.º 27/2013, de 12 de Abril. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 06 de 01 de março de 2016



----- Com a entrada em vigor do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR), aprovado pelo Decreto-Lei 10/2015, de 16 de janeiro, foram introduzidas algumas alterações, nomeadamente quanto ao regime legal da venda ambulante; -----

----- Por deliberação da Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 5 de fevereiro de 2016, foi desencadeado no Município o procedimento de elaboração do Regulamento sobre Venda Ambulante do Município de Santa Marta de Penaguião, atribuindo aos interessados um prazo de 10 dias úteis para se constituírem como tal e apresentarem o que tivessem por conveniente; -----

----- Concluído que está esse prazo, e não se tendo verificado a apresentação de quaisquer propostas ou sugestões, verifica-se não haver lugar à audiência de interessados, conforme o que dispõe o n.º 1 do artigo 100.º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro. -----

----- Neste sentido, submete-se à consideração de V^a Ex^a. a proposta de projeto do referido Regulamento que, caso mereça concordância, se sugere que o mesmo seja apreciado em reunião de Câmara Municipal, no sentido de deliberar aprovar: -----

- a) A proposta de Regulamento da Venda Ambulante, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- b) Submeter aquela proposta, caso seja aprovada, à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----
- c) Que, em caso de aprovação pelo Órgão Executivo e Deliberativo, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital, a afixar no Edifício dos Paços do Município, nos lugares públicos, no sítio da *internet* do Município e mediante publicação no Diário da República." -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, a proposta do Regulamento da Venda Ambulante, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e submeter à apreciação da Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do mesmo Anexo. -----



**Regulamento sobre Licenciamento das Atividades Diversas
do Município de Santa Marta de Penaguião – Alteração**

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que: -----

----- Por virtude das alterações introduzidas ao Decreto-Lei nº 310/2002 e ao Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de abril, foram instituídas mudanças no que respeita ao licenciamento da atividade de venda de bilhetes para espetáculos públicos e o licenciamento do exercício da atividade de realização de leilões, que foram eliminados com a entrada em vigor do “Licenciamento Zero”, bem assim, como da entrada em vigor do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR), aprovado pelo Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro; -----

----- Por deliberação da Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 5 de fevereiro de 2016, foi desencadeado no Município o procedimento de elaboração do Regulamento sobre Licenciamento das Atividades Diversas do Município de Santa Marta de Penaguião, atribuindo aos interessados um prazo de 10 dias úteis para se constituírem como tal e apresentarem o que tivessem por conveniente; -----

----- Concluído que está esse prazo, e não se tendo verificado a apresentação de quaisquer propostas ou sugestões, verifica-se não haver lugar à audiência de interessados, conforme o que dispõe o nº 1 do artigo 100.º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro. -----

----- Neste sentido, submete-se à consideração de Vª Exª. a proposta de projeto do referido Regulamento que, caso mereça concordância, se sugere que o mesmo seja apreciado em reunião de Câmara Municipal, no sentido de deliberar aprovar: -----

- a) A proposta de Regulamento sobre o Licenciamento das Atividades Diversas do Município de Santa Marta de Penaguião, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- b) Submeter aquela proposta, caso seja aprovada, à Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----



- c) Que, em caso de aprovação pelo Órgão Executivo e Deliberativo, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital, a afixar no Edifício dos Paços do Município, nos lugares públicos, no sítio da *internet* do Município e mediante publicação no Diário da República.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, a proposta do Regulamento sobre o Licenciamento das Atividades Diversas do Município de Santa Marta de Penaguião, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e submeter à apreciação da Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do mesmo Anexo. -----

Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal

----- 5 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

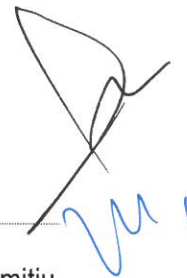
----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuada no dia 02 de fevereiro de 2016. -----

----- **Deliberação:** Tomar conhecimento. -----

Prestação de Serviços de Assessoria na Área da Informática na modalidade de Avença – Parecer Prévio

----- 6 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----



----- Considerando que, a Câmara Municipal na sua reunião do dia 5 de Março de 2014, emitiu parecer favorável à celebração de contrato de prestação de serviço, na modalidade de avença, pelo prazo de um ano, prorrogável por iguais períodos, até ao limite de três anos, uma vez que se encontravam reunidos todos os requisitos previstos no n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, com o Senhor Juliano Conde Madureira Costa Almeida, para Assessoria na Área da Informática, pelo valor mensal de 995,09€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

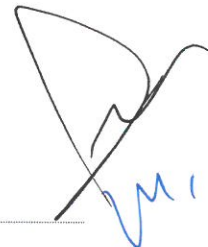
----- Considerando que, foi celebrado o respetivo contrato em 12 de Março de 2014, onde se encontra previsto que o mesmo tem a duração de 1 ano, prorrogável por iguais períodos; -----

----- Considerando que o mesmo termina no próximo dia 12 de Março e que há intenção da sua renovação; -----

----- Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE2015), conjugado como Decreto-Lei n.º 253/2015, de dezembro (estabelece o regime de execução orçamental duodecimal entre 1 de janeiro de 2016 e a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2016) e em conjugação com os n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º-A da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de Julho, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- Por sua vez, o n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, do mesmo diploma, com as devidas adaptações, independentemente da contraparte. -----

----- Considerando que esses requisitos se mantêm; -----



----- Considerando a necessidade de o Município dispor deste serviço conforme referido, pretende-se renovar o contrato de prestação de serviços de Prestação de Serviços de Assessoria na Área da Informática na modalidade de Avença; -----


----- Considerando que a Assembleia Municipal em sessão de 27 de novembro de 2015, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 100.000,00 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- Considerando que a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa tem cabimento orçamental na rubrica 02. 01.01.07; -----

----- Considerando que, de acordo com o disposto no nº 4 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, verifica-se que o mesmo não está sujeito à regra da redução remuneratória prevista no nº 1 do artigo 75º da referida Lei; -----

----- Face ao exposto e caso mereça a concordância de V.ª Ex.ª, deverá este assunto ser levado à Reunião de Câmara de modo a que o Executivo Municipal delibere no sentido de **emitir**, por força do disposto nos n.ºs 5 e 12, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), conjugado como Decreto-Lei n.º 253/2015, de dezembro (estabelece o regime de execução orçamental duodecimal entre 1 de janeiro de 2016 e a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2016) e conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, **parecer prévio** favorável à renovação do contrato de **Prestação de Serviços de Assessoria na Área da Informática na modalidade de Avença** com o Senhor Juliano Conde Madureira Costa Almeida, pelo prazo de 12 meses, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da LOE 2015 acima mencionados.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à renovação do contrato de Prestação de Serviços de Assessoria na Área da Informática, nos termos da informação dos serviços.** -----



Serviços de Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa de 11 a 25 de fevereiro de 2016

----- 7 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 11 a 25 de fevereiro de 2016, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	25/02/2016
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		160 230,75	Despesas Orçamentais (*)		850 142,39
Execução orçamental	154 540,37		Correntes	638 340,10	
Operações de tesouraria	5 690,38		Capital	211 801,68	
			(*) Compromissos	5 612 127,86	
Receitas Orçamentais		1 231 225,00	Operações de tesouraria		43 103,91
Correntes	1 016 023,75		Saldo para o dia seguinte:		564 941,78
Capital	215 201,25		Execução orçamental	535 622,98	
Operações de tesouraria		66 732,33	Operações de tesouraria	29 318,00	
Total		1 458 188,08	Total		1 458 188,08

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador

em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes

----- 8 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de fevereiro de 2016 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º
da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Rogério Ferreira
– União de Freguesias de Louredo e Fornelos**

----- 9 – Presente à reunião requerimento do Senhor Rogério Ferreira, na qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Rogério Ferreira, na qualidade de proprietário, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de justificação dos prédios que passo a descrever: -----

----- prédio rústico, com a área de 7093 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 24-D, da União de Freguesias de Louredo e Fornelos, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião; -----

----- prédio rústico situado Carvalhias, com a área de 5062 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 207-D, da União de Freguesias de Louredo e Fornelos, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 2103. -----

----- PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 06 de 01 de março de 2016



urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana". -----

----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extrato se encontra anexo, os prédios rústicos a que se reporta o pedido em questão, localizam-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
24-D		O prédio rústico insere-se em espaços verdes de proteção e salvaguarda
207-D		O prédio rústico insere-se em espaços verdes de enquadramento

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa ampliação de compartes nos artigos infra, através da justificação notarial na proporção de 5/41 avos indivisos no artigo 24-D e 5/26 avos indivisos no artigo 207-D a favor de Rogério Ferreira. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de justificação, visando a ampliação de compartes no artigo 24-D e 207-D, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à ampliação da compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos serviços.** -----



**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º
da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Maria Teresa
Couceiro Costa Sequeira e Sousa Carvalho – União de Freguesias
de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane**

----- 10 – Presente à reunião requerimento da Senhora Maria Teresa Couceiro Costa Sequeira e Sousa Carvalho, na qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Maria Teresa Couceiro Costa Sequeira e Sousa Carvalho, na qualidade de proprietária, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de doação do prédio que passo a descrever: -----

----- prédio rústico situado na Quinta do Picoto, com a área de 18.920 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 164-B e 165-B, da União de Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 184. -----

----- PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 06 de 01 de março de 2016



----- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----
----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extrato se encontra anexo, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
164-B e 165		O prédio rústico insere-se em áreas de expansão predominantemente habitacionais de nível I

----- 2.3. Especificidades do pedido -----
----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade nos artigos infra na proporção de ½ indiviso a favor de Maria Ramos e Rui Ramos. -----
----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----
----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura de doação, visando a constituição de compropriedade no artigo 164-B e 165-B, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----
----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à ampliação da compropriedade requerida. -----
----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos serviços.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO
SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Cultura

Sanhoanense Sport Clube – Pedido de Apoio Financeira

----- 11 – Presente à reunião ofício do Sanhoanense Sport Clube, com o seguinte teor: -----

----- “Como vem sendo tradição, esta colectividade em colaboração com a comissão organizadora, vai levar a efeito a Procissão dos Penitentes (Encontro), a realizar-se no dia 13 de março de 2016. Como é de Vosso conhecimento é com muita dificuldade que se tem mantido esta tradição e que queríamos continuar a manter. Assim, dada a dificuldade que há em arranjar verbas para colmatar as despesas, muito gratos ficaríamos se V. Ex.^a nos atribuísse uma pequena ajuda financeira para ajudar a satisfazer as referidas despesas. -----

----- Sabendo nós, que, também é de agrado de V. Ex.^a a preservação das nossas tradições e que tudo fará para a manter, ficamos a aguardar a vossa boa vontade, generosidade e compreensão para com esta comunidade que muito grata lhe ficará. -----

----- Sem mais de momento agradecemos a atenção dispensada, com os respeitosos cumprimentos.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 300,00€ (trezentos euros).** -----

Serviço do Desporto

Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Cumieira

Torneio da Páscoa – Pedido de Participação Financeira

----- 12 – Presente à reunião ofício da Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Cumieira, registado sob o n.º 383 de 24 de fevereiro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “Como já é tradição, este ano uma vez mais, vai realizar-se no dia 25 de março de 2016 o habitual torneio da Páscoa, este ano será o 17º ano que se passa um agradável dia de “competições” e principalmente de convívio. -----

----- Como a nossa Associação tem poucos recursos, e este torneio tem algumas despesas, principalmente com prémios, venho por este meio solicitar a V. Ex^a. um contributo para que possamos estar a altura dos anos anteriores.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 400,00€ (quatrocentos euros).** -----

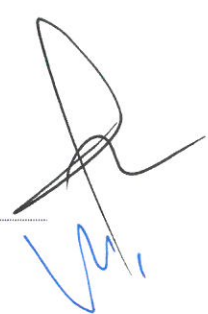
Atividade Desportiva de Natação – Protocolo com o CCD

----- 13 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice Presidente da Câmara, Dr.^a Silvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Com o objetivo de fomentar e desenvolver a prática da natação no concelho, de modo a contribuir para uma melhor qualidade de vida da população e de acordo com deliberações anteriores deste Órgão, o Município tem a intenção de protocolar com o Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, conhecido como CCD, um projeto de natação/competição para o Concelho que está a ser desenvolvido entre o Município e a Associação Regional de Natação do Nordeste. -----

----- Nesse sentido e para que este projeto seja uma realidade, proponho que seja aprovado o protocolo que segue em anexo.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o Protocolo e atribuir um subsídio anual de 500,00€ (quinhentos euros).** -----



Serviço da Ação Social

Liga Portuguesa Contra o Cancro

Realização de Evento Solidário

----- 14 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “A Liga Portuguesa Contra o Cancro assume-se como uma entidade de referência nacional no apoio ao doente oncológico e família, na promoção da saúde, na prevenção do cancro e no estímulo à formação e investigação em oncologia. -----

----- A Liga Portuguesa Contra o Cancro – NRN tem recebido um apoio muito importante de diversos Municípios com o objetivo de financiar diversos projetos. -----

----- Considerando a importância de sensibilizar a população para a causa da luta contra o cancro, que a todos diz respeito, foi solicitado à Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião a realização de vários eventos solidários e a atribuição de um apoio à Liga Portuguesa Contra o Cancro – NRN. -----

----- O Município de Santa Marta de Penaguião sensível a esta problemática vai levar a efeito um Evento Solidário que se realizará no dia 6 de março (domingo), com as mais diversas atividades: Workshops; Caminhada e uma atividade desportiva nas piscinas municipais. Cada um dos participantes terá direito a uma t-shirt facultada pela Liga Portuguesa e para um maior envolvimento da Comunidade foram contactados os restaurantes de Santa Marta de Penaguião que prontamente aderiram a esta mui nobre causa. -----

----- Assim propõe-se que o Executivo Municipal delibere no sentido de atribuir um apoio de 150 euros a esta instituição.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 150,00€ (cento e cinquenta euros), à Liga Portuguesa Contra o Cancro e autorizar a despesa com a realização dos eventos até ao montante de 70,00€ (setenta euros).** -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 06 de 01 de março de 2016


----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:45 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)